

BOLETIM

ANMP

NOVA SÉRIE N.º 5 / 2018 / 2019



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

SUMÁRIO

ACONTECE . XXIV CONGRESSO	2
ACONTECE . XXIV CONGRESSO – PROGRAMA	3
ACONTECE . XXIV CONGRESSO – TEMAS	4-5
ACONTECE . REUNIÕES DESCENTRALIZADAS	6-9
ACONTECE . DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	10-11
ACONTECE . QUADRO DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	12-15
ACONTECEU . FUNDOS COMUNITÁRIOS	16-17
ACONTECEU . FINANÇAS LOCAIS	18
ACONTECEU . SONDAEM	19
ACONTECEU . CONSELHO DIRETIVO	20-21
ACONTECEU . CONSELHO GERAL	22-23
ACONTECEU . CONSELHO CONSULTIVO	24
ACONTECEU . CONSELHO FISCAL	25
ACONTECEU . SMART CITIES	26-27
ACONTECEU . SECÇÕES DE MUNICÍPIOS	28-29
ACONTECEU . PRÉMIO ANMP DE JORNALISMO E PODER LOCAL 2018	30-31
ACONTECEU . PRÉMIO ANMP DE JORNALISMO E PODER LOCAL 2019.	32-33
ACONTECEU . CIMEIRA ANMP – FEMP	34-35
ACONTECEU . DELEGAÇÕES ESTRANGEIRAS	36
ACONTECEU . AUDIÊNCIAS COM SUA EX ^a O PRESIDENTE DA REPÚBLICA	37
ACONTECEU . PROTOCOLOS.	38-39
ACONTECEU . PROJETOS E PROPOSTAS	40-43
ACONTECE . MUNICÍPIOS + INTELIGENTES	44-45
ACONTECE . PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS POLÍTICOS	47
ACONTECE . LUTO NACIONAL	48



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**



DESCENTRALIZAR **REGIONALIZAR** **MELHOR PORTUGAL**

Sob o signo DESCENTRALIZAR, REGIONALIZAR, MELHOR PORTUGAL, damos as boas-vindas ao XXIV CONGRESSO da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Nestes dois dias (29 e 30 de novembro (2019), no Teatro Municipal, em Vila Real, os autarcas de todo o País debatem a Organização do Estado, o Modelo de Desenvolvimento do País e o Financiamento Local.

No âmbito destes três temas, neste XXIV Congresso, estarão em debate os assuntos que, no atual momento político, são de grande importância para os Municípios, quer devido ao processo de des-

centralização em curso, quer em virtude da recente entrada em funções de um novo Governo, quer ainda por se encontrar em fase de elaboração o Orçamento do Estado para 2020.

O Conselho Geral, por proposta do Conselho Diretivo, aprovou, no dia 11 de outubro (2019), o programa deste XXIV Congresso, integrando, nestas três áreas, os temas que, de acordo com os contributos recebidos dos Municípios, mais preocupam os autarcas portugueses. Agora é o momento de colocar em cima da mesa todas as questões e de começar hoje e amanhã a preparar o futuro comum de Portugal.

SEXTA-FEIRA . 29/11/2019

14H00 ACREDITAÇÃO DE CONGRESSISTAS

16H00 SESSÃO DE ABERTURA

Presidente da Câmara Municipal de Vila Real,

Rui Santos

Presidente da Mesa do Congresso da ANMP,

Ricardo Gonçalves

Presidente do Conselho Diretivo da ANMP,

Manuel Machado

Ministra da Modernização do Estado
e da Administração Pública,

Alexandra Leitão

Presidente da República,

Marcelo Rebelo de Sousa

17H30 INÍCIO DOS TRABALHOS

- Ratificação do Regulamento

do XXIV Congresso da ANMP

- Apresentação e discussão
do Relatório de Atividades da ANMP

- Parecer do Conselho Fiscal da ANMP, **Maria das
Dores Meira**, Presidente do Conselho Fiscal da ANMP

18H00 TEMA: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

APRESENTAÇÃO PELA RELATORA

Isilda Gomes, Presidente da Câmara Municipal de
Portimão e Vice-Presidente do Conselho Diretivo da
ANMP

Debate

20H00 Final dos trabalhos

Jantar livre

SÁBADO . 30/11/2019

09H30 TEMA:

MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

APRESENTAÇÃO PELO RELATOR

Alfredo Monteiro, Presidente da Assembleia Municipal
do Seixal e Vice-Presidente do Conselho Diretivo da
ANMP

Debate

11H30 TEMA: FINANCIAMENTO LOCAL

APRESENTAÇÃO PELO RELATOR

Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de
Aveiro e Vice-Presidente do Conselho Diretivo da
ANMP

Debate

13H30 Intervalo para almoço

15H00 Apresentação da Resolução do XXIV Congresso

Presidente do Conselho Diretivo da ANMP,

Manuel Machado

Debate

16H00 Votações nos termos dos estatutos da ANMP e do regulamento do Congresso

16H30 SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Presidente da Mesa do Congresso da ANMP,

Ricardo Gonçalves

Presidente do Conselho Diretivo da ANMP,

Manuel Machado

Primeiro Ministro,

António Costa

XXIV CONGRESSO DA ANMP: AS TRÊS ÁREAS TEMÁTICAS



ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICÍPIOS PORTUGUESES

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

No âmbito da **Organização do Estado**, o objetivo é debater o Estado que os autarcas consideram mais adequado ao serviço a prestar às populações - um Estado mais descentralizado.

O processo de transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais e as Entidades Intermunicipais também estará em debate, assim como a regionalização.

Há muito que é entendimento da ANMP que a criação de autarquias regionais será um instrumento fundamental ao serviço do desenvolvimento regional e um contributo importante para um desenvolvimento equilibrado do País.

MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

No que se refere ao **Modelo de desenvolvimento do País**, pretende-se analisar algumas das grandes questões que se colocam na atualidade, nomeadamente a demografia, as alterações climáticas, a mobilidade, os transportes e a coesão territorial.

O objetivo é trazer para a ordem do dia a ideia do território como um todo, exigindo o desenvolvimento e

aproveitamento de sinergias de diferentes regiões e a valorização dos pontos fortes de cada área territorial. O desafio é encontrar um modelo de desenvolvimento que, através de uma política nacional que combata as assimetrias, o despovoamento e a desertificação, assegure o equilíbrio territorial e a coesão económica e social, contribuindo para um País mais equilibrado, mais unido, onde seja possível viver com boa qualidade de vida.

DESCEN REGIONAL MELHO



CONGRESSO

FINANCIAMENTO LOCAL

No que respeita ao **Financiamento Local**, para além das questões ainda relativas ao atual Quadro Comunitário Portugal 2020, estarão em debate aquelas que são para ter em conta, desde já, relativamente ao próximo ciclo de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento 2021-2027.

Em matéria de finanças locais, uma vez traçado o re-

trato dos últimos anos e feito o balanço das últimas alterações à Lei de Finanças Locais (Lei 73/2013 de 3 de setembro), também haverá lugar para a análise da excessiva burocracia que está na base de diversos constrangimentos que dificultam a gestão municipal. A justa repartição dos recursos públicos e a sustentabilidade financeira dos municípios também estarão em debate, porquanto são fundamentais para a prestação de um melhor serviço aos cidadãos.

ITRALIZAR ALIZAR R PORTUGAL

REUNIÕES DESCENTRALIZADAS PARA PREPARAÇÃO DO CONGRESSO

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), além de ter pedido contributos escritos aos Municípios, entendeu realizar reuniões descentralizadas para ouvir diretamente os autarcas de todas as regiões NUTs II e regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Nestes encontros, realizados nos meses de outubro e novembro nas regiões Norte, Centro, Alentejo, Algarve, Lisboa e Vale do Tejo, Açores e Madeira, a ANMP recebeu contributos que enriqueceram os temas do Congresso.

REUNIÃO NO PORTO no dia 15 de outubro

Da esquerda para a direita, o Secretário Geral da ANMP Rui Solheiro, o Presidente da ANMP Manuel Machado e o membro do Conselho Diretivo da ANMP Fernando Queiroga.



Vários presidentes de câmaras municipais, outros eleitos locais e técnicos do Norte participaram neste primeiro encontro.

REUNIÃO EM COIMBRA no dia 15 de outubro



Pela organização, da esquerda para a direita, o membro do Conselho Diretivo da ANMP Luís Antunes, o Secretário Geral da ANMP Rui Solheiro, o Presidente da ANMP Manuel Machado, e o membro do Conselho Diretivo da ANMP Paulo Santos.



Vários presidentes do Centro do País participaram neste segundo encontro.

REUNIÃO EM ÉVORA no dia 17 de outubro



Da esquerda para a direita, os membros do Conselho Diretivo da ANMP Nuno Mocinha e Almeida Henriques, o Presidente da ANMP Manuel Machado e o Secretário Geral da ANMP Rui Solheiro.



Vários autarcas e técnicos do Alentejo estiveram presentes neste terceiro encontro.

REUNIÃO EM FARO no dia 17 de outubro



Da esquerda para a direita, os membros do Conselho Diretivo da ANMP Alfredo Monteiro, Rogério Bacalhau e Almeida Henriques, o Presidente Manuel Machado, o Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim Osvaldo Gonçalves, o Secretário Geral Rui Solheiro e Isilda Gomes, também membro do Conselho Diretivo.



Os autarcas do Algarve que participaram neste quarto encontro.

REUNIÃO EM VILA FRANCA DE XIRA no dia 22 de outubro



Da esquerda para a direita, os membros do Conselho Diretivo da ANMP Isilda Gomes e Alberto Mesquita, o Presidente da ANMP Manuel Machado, os membros do Conselho Diretivo Almeida Henriques e Alfredo Monteiro e o Secretário Geral Rui Solheiro.



Os autarcas de Lisboa e Vale do Tejo que participaram neste quinto encontro.

REUNIÃO EM PONTA DELGADA no dia 4 de novembro



Na mesa, da esquerda para a direita, o Secretário Geral Rui Solheiro, o Vice-Presidente do Conselho Diretivo Ribau Esteves, a Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA) Cristina Calisto, o Presidente da ANMP Manuel Machado e Isilda Gomes, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da ANMP.



Os autarcas dos Açores que participaram nesta sexta reunião.

REUNIÃO NO FUNCHAL no dia 5 de novembro



Zélia Rodrigues, membro da Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira (AMRAM), o Vice-Presidente da ANMP Ribau Esteves e alguns autarcas da Madeira.



Ao fundo, o Presidente da ANMP Manuel Machado com o Vice-Presidente da AMRAM Ricardo Franco e outros autarcas da Madeira e do continente.



▲ DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA É UMA DAS MAIS IMPORTANTES REFORMAS DO ESTADO

A descentralização administrativa é uma das mais importantes reformas do Estado das últimas décadas. Através da descentralização será possível desenvolver o País de uma forma equilibrada, aproximando a gestão do Estado aos cidadãos e, assim, promovendo uma maior coesão territorial.

É por assim considerar que a ANMP trabalhou, afincadamente, nos últimos dois anos, com o Governo, para a criação da Lei Quadro da Descentralização de Competências para as Autarquias Locais e as Entidades Intermunicipais (Lei 50/2018, de 16 de agosto) que

estabelece um modelo claro de descentralização de competências da Administração Central para a Administração Local e as Entidades Intermunicipais.

De acordo com esta Lei Quadro, a descentralização



é um processo gradual, com início em 2019 e uma fase de implementação voluntária até 2021. Cabe aos municípios decidir se reúnem as condições para aceitar, até 2021, algumas das competências previstas nos decretos-lei setoriais, dado que, em 2021, as competências serão universais.

As competências a transferir são dos seguintes domínios setoriais: educação, saúde, praias, promoção turística, modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar, vias de comunicação, justiça, projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento, bombeiros, estruturas de atendimento ao cidadão, habitação, património imobiliário público, estacionamento público, proteção e saúde animal e segurança nos alimentos, cultura, policiamento de proximidade, enquadramento institucional e operacional da proteção civil, freguesias, transporte

em vias navegáveis interiores, áreas portuárias, áreas protegidas e segurança contra incêndios em edifícios. A ANMP trabalhou empenhadamente neste processo de descentralização analisando rigorosamente todos os detalhes, sendo, portanto, claro que é um processo que precisa de desenvolvimento e aprofundamento, que terá, forçosamente, de ser feito, com o máximo de rigor, durante o ano de 2020, dado que, em 2021, estará consolidado para todos os Municípios portugueses.

Até ao momento, foram publicados 22 decretos-lei setoriais, sendo que a Assembleia da República, através da resolução n.º 138/2019, de 8 de agosto, fez cessar a vigência do decreto-lei n.º 2072/2019 de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção da saúde animal e da segurança dos alimentos.

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: DECRETOS-LEI PUBLICADOS E COMPETÊNCIAS

ÁREA SETORIAL	DATA PUBLICAÇÃO	OBJETO	Entidade
Decreto-Lei n.º 97/2018 PRAIAS	27/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres.	Município
Decreto-Lei n.º 98/2018 MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR	27 /11//2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo.	Município
Decreto-Lei n.º 99/2018 PROMOÇÃO TURÍSTICA	28/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística.	Entidade Intermunicipal
Decreto-Lei n.º 100/2018 VIAS DE COMUNICAÇÃO	28/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação.	Município
Decreto-Lei n.º 101/2018 JUSTIÇA	29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça.	Município
Decreto-Lei n.º 102/2018 PROJETOS FINANCIADOS POR FUNDOS EUROPEUS E PROGRAMAS DE CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO	29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento.	Entidade Intermunicipal
Decreto-Lei n.º 103/2018 PROTEÇÃO CIVIL - BOMBEIROS	29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários.	Município Entidade Intermunicipal

ÁREA SETORIAL	DATA PUBLICAÇÃO	OBJETO	Entidade
Decreto-Lei n.º 104/2018 ESTRUTURAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão.	Freguesia
			Município
Decreto-Lei n.º 105/2018 HABITAÇÃO	29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação.	Município
Decreto-Lei n.º 106/2018 PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO	29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização.	Município
Decreto-Lei n.º 107/2018 ESTACIONAMENTO PÚBLICO	29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público.	Município
Decreto-Lei n.º 20/2019 PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E SEGURANÇA DOS ALIMENTOS	30/01/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos.	Município
Decreto-Lei n.º 21/2019 EDUCAÇÃO	30/01/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.	Município
			Entidade Intermunicipal
Decreto-Lei n.º 22/2019 CULTURA	30/01/2019	Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura.	Município

ÁREA SETORIAL	DATA PUBLICAÇÃO	OBJETO	Entidade
Decreto-Lei n.º 23/2019 SAÚDE	30/01/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde.	Município
			Entidade Intermunicipal
Decreto-Lei n.º 32/2019 POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE	04/03/2019	Alarga as competências dos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade.	
Decreto-Lei n.º 44/2019 PROTEÇÃO CIVIL	01/04/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil (aprovação dos planos municipais de emergência e proteção civil e centro municipal de operações de socorro).	
Decreto-Lei n.º 57/2019 FREGUESIAS	30/04/2019	Concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.	Freguesia
Decreto-Lei n.º 58/2019 TRANSPORTE EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES	30/04/2019	Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular e no domínio do transporte turístico de passageiros, em vias navegáveis interiores.	Município
			Entidade Intermunicipal
Decreto-Lei n.º 72/2019 ATIVIDADE PORTUÁRIA	28/05/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária.	Município

ÁREA SETORIAL	DATA PUBLICAÇÃO	OBJETO	Entidade
<p>Decreto-Lei n.º 116/2019</p> <p>ÁREAS PROTEGIDAS</p>	21/08/2019	Define o modelo de cogestão das áreas protegidas, que concretiza o princípio de participação dos órgãos municipais na respetiva gestão, ao abrigo do previsto na alínea c) do artigo 20.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.	Município
<p>Lei n.º 123/2019</p> <p>SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS</p>	18/10/2019	Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios.	



PORTUGAL 2020 E REPROGRAMAÇÃO: 2018 FOI O ANO POR EXCELÊNCIA DE NEGOCIAÇÃO

A ANMP apresentou, ao Governo, propostas concretas de reprogramação do Portugal 2020, pensadas com o objetivo de melhorar a execução dos fundos comunitários e de estimular o investimento municipal.



No decurso do longo processo negocial da reprogramação, a ANMP insistiu sempre na necessidade de criação de algumas medidas simplificadoras e de melhor governação do Quadro Comunitário, assim como na necessidade de reforço financeiro em diversas tipologias da esfera municipal, nomeadamente: infraestruturas escolares e de saúde; património; regeneração urbana; ciclo urbano da água; proteção civil; áreas de acolhimento empresarial; last mile; micro empreendedorismo; programas de valorização dos recursos endógenos; e equipamentos sociais.

Enquanto algumas medidas simplificadoras para os Municípios e a criação do Grupo de Trabalho para o acompanhamento da execução municipal do Portugal 2020 foram ainda implementadas em 2017, por parte do Governo, o ano de 2018 foi o ano por excelência de negociação, em concreto, das tipologias e montantes envolvidos na reprogramação.

A proposta inicial do Governo previa reforços para o setor municipal de cerca de 200 milhões de euros em quase 3.000 milhões de euros de fundos movimentados na reprogramação, para todo o país, o que foi contestado pela ANMP por ser insuficiente.

A reprogramação final acabou por se traduzir numa reafectação de verbas entre tipologias na ordem dos 700 milhões de euros, revelando-se globalmente positiva, contudo ainda aquém das reivindicações e expectativas da ANMP no que respeita ao financiamento da vertente em baixa do Ciclo Urbano da Água e da rede rodoviária. Relativamente a esta, a ANMP propôs a criação de um instrumento financeiro destinado ao setor municipal, especialmente dedicado à melhoria das infraestruturas rodoviárias de responsabilidade municipal (cerca de 92.000 quilómetros de estradas municipais).

ANMP CONTRA DIMINUIÇÃO DO PACOTE FINANCEIRO NO PRÓXIMO QUADRO COMUNITÁRIO 2021-2027

O Quadro Financeiro Plurianual da Comissão Europeia para o período 2021-2027 suscita grande preocupação, dado que algumas das medidas propostas, se forem, efetivamente, implementadas, podem colocar em causa a coesão territorial e a solidariedade entre povos da União Europeia. Para Portugal, prevê uma diminuição do pacote financeiro, num contexto de reduções acentuadas das verbas para a Política de Coesão e para a Política Agrícola Comum.

A Comissão Europeia propõe uma diminuição das taxas máximas de cofinanciamento dos projetos. O orçamento plurianual é mais centralizado e mais dirigida, por força do significativo crescimento das políticas geridas diretamente pela Comissão Europeia e pela redução das políticas que mais valorizam o princípio da subsidiariedade e que conferem maior margem de manobra aos Estados-membros. As propostas da Comissão nem sequer diferenciam de forma satisfatória as regiões e sub-regiões menos desenvolvidas, a problemática das transformações demográficas e da baixa densidade, nem as regiões de fronteira.

Atendendo a esta situação, a ANMP preparou um conjunto de propostas, entre as quais salienta: o reforço da negociação política por parte do Estado português, de modo a evitar os cortes propostos para a Política de Coesão e a garantir a manutenção das atuais taxas de cofinanciamento; uma política de coesão que permita uma abordagem territorial integrada dos vários fundos europeus; a participação dos municípios e suas asso-

ciações numa fase mais prévia do processo (tanto no acordo de parceria e programas operacionais como no próprio plano nacional de reformas) e a manutenção ou reforço do seu papel na gestão dos FEEL (quer financeira, quer ao nível da governação).

Mas também: a adoção, com as necessárias adaptações, de mecanismos de contratualização com os municípios das Regiões Autónomas e a abertura de avisos exclusivos para as autarquias também nas regiões; a liderança pelos municípios, no que se refere à conceção, execução e gestão, dos instrumentos de base territorial/sub-regional, quer ao nível das NUTS III quer nos instrumentos de gestão urbana; o apoio às infraestruturas básicas nas regiões onde ainda haja comprovada escassez, nomeadamente infraestruturas escolares, de saúde, equipamentos sociais, abastecimento de água e saneamento e redes de comunicação; e ainda o desenvolvimento de políticas próprias para os diferentes tipos de territórios (áreas rurais, áreas de baixa densidade, pequenas e médias cidades, áreas metropolitanas e regiões de fronteira).



ANMP PARTICIPOU NA REVISÃO DA LEI DE FINANÇAS LOCAIS

MUNICÍPIOS RECEBERAM EM 2019 MAIS 155 MILHÕES DE EUROS DO OE

Os Municípios receberam, no corrente ano de 2019, mais 155 milhões de € (+ 6,2%) de transferências do Orçamento do Estado, em relação a 2018, em virtude da revisão da Lei de Finanças Locais, na qual a ANMP participou ativamente nos últimos dois anos, contribuindo decisivamente para uma Lei de Finanças Locais mais adequada à gestão municipal.

Efetivamente, a publicação da alteração à Lei de Finanças Locais (Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto) representou uma melhoria relativamente à situação anterior e propiciou a recuperação e o reforço da capacidade financeira municipal.

Entre os aspetos positivos, salientamos a distribuição do excedente na totalidade; as regras estipuladas para as variações máximas e mínimas, em que vingou a proposta da ANMP que, conjugada com a distribuição do excedente, permitiu que todos os Municípios subissem o montante das suas transferências em 2019; e, ainda, uma nova receita municipal - a participação na recei-

ta do IVA na percentagem de 7,5% de alguns dos serviços essenciais, como o alojamento e a restauração, bem como as comunicações, eletricidade, água e gás (a transferir a partir de 2020).

Continua a existir, no entanto, a necessidade de introduzir aperfeiçoamentos na Lei, como, por exemplo, a revisão dos critérios base de distribuição de verbas entre Municípios; a agilização da gestão orçamental; o acesso dos Municípios aos dados da Autoridade Tributária e Aduaneira e às variáveis e aos indicadores de cálculo das transferências; a simplificação do reporte de informação; e na implementação da nova receita do IVA.

ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS ATESTA BOA GESTÃO DOS MUNICÍPIOS

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apresentado no dia 30 de outubro de 2019, apresenta uma análise económica e financeira das contas dos 308 Municípios, relativas ao exercício económico de 2018, assentando, desde logo, que “houve um cumprimento generalizado, por parte dos municípios, das obrigações inerentes a uma boa execução da contabilidade financeira e patrimonial”, evidenciando uma evolução notável da execução orçamental da receita (de 60% em 2010 passou para 90% em 2018) e da despesa (passou de 60% em 2010 para 77% em 2018).

Em 2018, o saldo global do conjunto dos municípios representa uma contribuição positiva para a redução do défice total da Administração Pública portuguesa. Pelo quinto ano consecutivo, o universo dos municípios apresenta saldo positivo. Desta vez, o saldo efetivo cresceu 43,7% (+230,9 milhões de euros) e aumentou 2 852 milhões de euros face aos últimos 10 anos. Temos, assim, um saldo efetivo positivo de 760 milhões de euros que faz das autarquias locais um contribuinte significativo para um menor défice no País, assim contribuindo para o combate à crise.



Assim, se contraria aquilo que se tem dito, e escrito, repetidas vezes, erroneamente, relativamente ao trabalho desenvolvido pelas autarquias locais e pelos autarcas, e confirma o que a Associação Nacional de Municípios Portugueses tem sempre afirmado: os municípios, em geral, gerem com rigor, com responsabilidade e com eficiência, os dinheiros públicos e os serviços municipais e, desse modo, prestam um serviço público de proximidade e de qualidade às populações.

SONDAGEM REVELA IMAGEM POSITIVA DOS AUTARCAS E DAS AUTARQUIAS

Os portugueses têm globalmente uma opinião positiva sobre os autarcas e o papel das autarquias nas suas vidas, de acordo com uma sondagem realizada pela Pitagórica a pedido da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

IMPORTÂNCIA DAS AUTARQUIAS

Para o Bem-estar das Populações



Para o Bom Funcionamento do País



Para a Modernização do País



Enquanto Pilar da Democracia



■ NS/NR

■ Sem Importância

■ Com Importância

Os números não deixam margem para dúvidas - a esmagadora maioria dos inquiridos (92%) defende que as autarquias são importantes para o bem-estar das populações. As autarquias são também vistas como importantes para o bom funcionamento (90%) e para a modernização do País (89%), assim como enquanto pilares da democracia (87%).

A boa imagem que os portugueses têm das autarquias é extensível aos autarcas que as dirigem e aos funcionários que lá trabalham. Mais de metade dos portugueses que responderam ao inquérito confiam nos Presidentes de Câmara (57%) e nos vereadores eleitos (52%), sendo que o funcionamento dos serviços das autarquias é visto como globalmente positivo por 76% dos inquiridos. Estes números demonstram a satisfação dos portugueses com o Poder Local.

Para Manuel Machado, presidente da ANMP, estes números comprovam a confiança que os portugueses têm no Poder Local e o reconhecimento da competência e da qualidade dos autarcas que elegem para liderar os

executivos municipais.

O estudo revela ainda que 65% dos portugueses acredita que os autarcas são úteis, modernos (58%) e que não ficaram parados no tempo, estando em evolução (57%). A imagem dos autarcas é globalmente positiva para 63% dos portugueses.

Os portugueses identificam ainda a ANMP enquanto representante de todos os municípios, sendo que 52% dos inquiridos reconhecem que a Associação é importante para o bom funcionamento das autarquias.

Esta sondagem foi realizada pela Pitagórica para a Associação Nacional de Municípios Portugueses em outubro de 2019. O universo alvo é composto por indivíduos com 18 ou mais anos. Foi realizado o estudo quantitativo com recurso a entrevistas telefónicas, através do sistema CATI. Foi utilizada uma amostragem mista, estratificada por distrito, género e idade. A amostra obtida é de 573 indivíduos. Para um grau de confiança de 95,5%, a dimensão desta amostra representa uma margem de erro de $\pm 4,18\%$.

CONSELHO DIRETIVO DESCENTRALIZOU REUNIÕES NOS MUNICÍPIOS DE BOTICAS, LISBOA, ELVAS, FARO BATALHA, PONTA DELGADA e VILA FRANCA DE XIRA

As reuniões do Conselho Diretivo realizam-se, habitualmente, na sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses em Coimbra. Porém, no atual mandato, o Conselho Diretivo, que já realizou 43 reuniões, duas das quais extraordinárias (a 3 de julho de 2018 e 16 de janeiro de 2019) e descentralizou a habitual reunião quinzenal nos Municípios de Boticas, Lisboa, Elvas, Faro, Batalha, Ponta Delgada e Vila Franca de Xira.

MUNICÍPIO DE BOTICAS

▲ No Município de Boticas, o Conselho Diretivo reuniu-se a 26 de fevereiro de 2018, na Câmara Municipal, para debater, entre outros assuntos, a negociação da descentralização de competências da Administração Central para as Autarquias Locais e a Reprogramação do Portugal 2020.



PEDRO SIMÕES/COFINAMEDIA



MUNICÍPIO DE LISBOA

▲ No Município de Lisboa, o Conselho Diretivo reuniu-se a 27 de março de 2018 para analisar e aprovar um conjunto de assuntos relevantes para o Poder Local, entre os quais a descentralização e as finanças locais, tendo considerado que é necessário acelerar o processo de descentralização de competências para as Autarquias, que, em 2017, apresentaram um superavit na ordem dos 466 milhões de euros.

MUNICÍPIO DE ELVAS

▲ No Município de Elvas, o Conselho Diretivo reuniu-se, no dia 10 de julho de 2018, no Salão Nobre da Câmara Municipal, analisou o processo de descentralização de competências em curso e decidiu, entre outros assuntos, reiterar que todos os Municípios, independentemente da sua localização geográfica, densidade populacional ou dinâmica económica, política ou outra, têm igual dignidade constitucional e essa igualdade tem de ser respeitada.





MUNICÍPIO DE FARO

▲ No Município de Faro, o Conselho Diretivo reuniu-se, no dia 13 de novembro de 2018, na Câmara Municipal, tendo feito um ponto da situação da descentralização administrativa, analisado mais aprofundadamente as áreas setoriais da Educação e das Áreas Portuárias. As florestas e a proteção civil foram outro dos temas em análise nesta reunião que também aprovou a celebração de um protocolo com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

MUNICÍPIO DA BATALHA

▲ No Município da Batalha, o Conselho Diretivo, reunido na Câmara Municipal, no dia 12 de fevereiro de 2019, fez o ponto da situação da descentralização administrativa de competências da Administração Central para as Autarquias Locais e as Entidades Intermunicipais, considerando, em linhas gerais, que a descentralização administrativa é uma das mais importantes reformas do Estado das últimas décadas, que poderá permitir ao País evoluir de uma forma equilibrada, no sentido da aproximação da gestão do Estado aos cidadãos.



MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

▲ No Município de Vila Franca de Xira, o Conselho Diretivo reuniu-se na Câmara Municipal, em Vila Franca de Xira, no dia 22 de outubro de 2019, tendo como foco a preparação do XXIV Congresso que deverá propiciar a discussão política de temas que são importantes para o poder local, para, como afirmou o presidente Manuel Machado, apostar na “consolidação da descentralização” tem em vista o “grande objetivo” que é a regionalização.



MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA

▲ No Município de Ponta Delgada, o Conselho Diretivo reuniu-se, no dia 9 de abril de 2019, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, tendo iniciado a preparação do XXIV Congresso Nacional da ANMP agendado para os dias 29 e 30 de novembro, com o objetivo de debater, entre todos os Municípios, do continente e das ilhas dos Açores e da Madeira, um conjunto de temas que são determinantes para o futuro próximo de Portugal.



CONSELHO GERAL DA ANMP REALIZOU SEIS REUNIÕES

Em 2018 e 2019, o Conselho Geral da ANMP, órgão máximo entre Congressos, constituído por 61 membros efetivos (eleitos no Congresso de 9 de dezembro de 2017), realizou seis reuniões. Estas reuniões decorreram a 27 de março (2018), 26 de junho (2018), 6 de novembro (2018), 22 de janeiro (2019), 16 de abril (2019) e 11 de outubro (2019).

CONSELHO GERAL DE MARÇO APROVOU PROPOSTAS SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO



▲ O Conselho Geral, reunido no dia 27 de março de 2018, em Lisboa, analisou a transferência de competências para as Autarquias Locais e o anteprojeto de Lei de Finanças Locais, tendo aprovado as propostas do Conselho Diretivo.

No final da reunião, o presidente do Conselho Geral, Álvaro Amaro, sublinhou que a ANMP é o interlocutor do Governo para a descentralização e que os autarcas desejam a descentralização de competências, concluindo que há um sentimento comum de que a transferência de competências para os Municípios deveria ser feita ainda na Sessão Legislativa em curso, mas acompanhada dos correspondentes meios humanos, técnicos e financeiros.

CONSELHO GERAL DE JUNHO ANALISOU PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA LEI DE FINANÇAS LOCAIS



▲ O Conselho Geral, reunido em 26 de Junho de 2018, em Coimbra, procedeu à análise da Proposta de Lei n.º 131/XIII (PL), que altera a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei da Finanças Locais).

O Conselho Geral reconheceu algumas medidas positivas introduzidas por esta proposta de Lei, porém também identificou várias medidas negativas, insuficientes e até inaceitáveis. Em face dessas conclusões, reafirmou as preocupações e propostas constantes do parecer da ANMP, reiterando a necessidade do Governo continuar as negociações com a ANMP.

CONSELHO GERAL DE NOVEMBRO APROVOU RESOLUÇÃO RELATIVA À PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2019



▲ O Conselho Geral, reunido a 6 de novembro de 2018, em Coimbra, aprovou uma Resolução proposta pelo Conselho Diretivo relativa à Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2019.

Nesta Resolução, que se encontra publicada no site da ANMP, o Conselho Geral considerou que, corrigido o lapso de mais de 18 milhões de euros nas verbas destinadas aos Municípios, a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2019 é globalmente positiva, devendo, contudo, ser melhorada com a correção das medidas identificadas pela ANMP.

CONSELHO GERAL DE JANEIRO ANALISOU DESCENTRALIZAÇÃO E APROVOU PLANO DE ATIVIDADES E CONTAS PARA 2019

▲ O Conselho Geral, reunido em 22 de janeiro de 2019, em Coimbra, fez o ponto da situação do processo de descentralização e analisou e aprovou o plano de atividades e contas da Associação para 2019.

O vice-presidente da ANMP Ribau Esteves, em exercício por impedimento do presidente Manuel Machado, abriu e encerrou a reunião do Conselho Geral, liderado pelo presidente Álvaro Amaro, fazendo um “balanço positivo” da descentralização e clarificando “a importância desta reforma para o desenvolvimento equilibrado do país”, salientando “o trabalho que a ANMP tem desenvolvido” com o Governo, nos últimos dois anos, para efetivar o processo de descentralização.



CONSELHO GERAL DE ABRIL ELEGEU RICARDO GONÇALVES NOVO PRESIDENTE



▲ O Conselho Geral, reunido a 16 de abril de 2019, na sede da ANMP, em Coimbra, elegeu, para a sua presidência, o presidente da Câmara Municipal de Santarém Ricardo Gonçalves. O autarca substituiu o anterior presidente Álvaro Amaro que se candidatou às eleições europeias.

Esta reunião do Conselho Geral aprovou, por unanimidade, o Relatório de Atividades e Contas da Associação relativo ao ano de 2018 e, entre outros assunto, analisou a descentralização de competências, tendo sublinhado o rigor com que esta matéria tem vindo a ser negociada pela ANMP com o Governo.

CONSELHO GERAL DE OUTUBRO APROVOU REGULAMENTO, PROGRAMA E TEMAS DO XXIV CONGRESSO DA ANMP



▲ O Conselho Geral, sob a presidência de Ricardo Gonçalves, reuniu-se a 11 de outubro de 2019, em Coimbra, analisou a preparação do XXIV Congresso da ANMP, aprovando o regulamento, as temáticas, o programa, bem como o trabalho preparatório desenvolvido pelo Conselho Diretivo para este Congresso. A descentralização de competências para os órgãos municipais e as Entidades Intermunicipais foi outro dos pontos em análise pelo Conselho Geral que considerou fundamental que os Municípios tenham acesso a todos os elementos de que precisam para assumir e desempenhar com eficiência as novas competências, conforme é posição pública do Conselho Diretivo.

CONSELHO CONSULTIVO ACOMPANHA PREOCUPAÇÕES DOS MUNICÍPIOS

O Conselho Consultivo, órgão de consulta sobre assuntos de interesse para o Poder Local, realizou várias reuniões sobre as matérias mais relevantes em cada momento.



Entre as diversas reuniões, destaca-se a reunião de 16 de outubro de 2018 que se destinou a analisar, de forma conjunta, a reprogramação do Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2020. Desta reunião, resultou a consolidação de posições a defender pela ANMP junto do Governo.

Com a presença da maioria das Comunidades Intermunicipais (CIM's) e da Área Metropolitana (AM) do Porto, fez o ponto da situação da execução municipal do Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2020, alertando para a necessidade de reforço dessa execução, no sentido do aproveitamento dos fundos comunitários.

A reprogramação do Portugal 2020 é uma preocu-

pação constante, e de longa data, da ANMP, que tem participado nas reuniões do Grupo de Trabalho para a monitorização da execução municipal do Portugal 2020, acompanhando, assim, a evolução do quadro comunitário e contribuindo para a resolução de alguns constrangimentos.

Na mesma reunião, foi também analisada a situação do processo de descentralização administrativa, nomeadamente os decretos lei setoriais consensualizados e não consensualizados entre a ANMP e o Governo e foi ainda eleito, por unanimidade, o presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e presidente do município da Figueira da Foz, João Ataíde, para o Conselho Superior de Obras Públicas.

CONSELHO FISCAL REALIZOU TRÊS REUNIÕES

Em 2018 e 2019, o Conselho Fiscal da ANMP), presidido por Maria das Dores Meira, presidente da Câmara Municipal de Setúbal, realizou três reuniões, designadamente a 26 de março (2018), 16 de janeiro (2018) e 15 de abril (2019).

CONSELHO FISCAL DE MARÇO APROVOU PLANO DE ATIVIDADES E CONTAS

O Conselho Fiscal, reunido, em Lisboa, a 26 de março de 2018, aprovou, por unanimidade, o Relatório de Atividades e Contas da ANMP de 2017 e o Plano de Atividades e Orçamento da ANMP para 2018. Nesta reunião, o Conselho Fiscal analisou também outras matérias relevantes para a saúde financeira dos Municípios.



CONSELHO FISCAL DE JANEIRO EMITIU PARECER SOBRE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

O Conselho Fiscal, reunido, em Coimbra, a 16 de janeiro de 2019, emitiu um parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento da ANMP para 2019, nos termos da alínea b) do artigo 20.º dos Estatutos da Associação e analisou ainda outros assuntos relevantes ao Poder Local.

CONSELHO FISCAL DE ABRIL APROVOU RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

O Conselho Fiscal, reunido em Setúbal, a 15 de abril de 2019, aprovou, por unanimidade, o Relatório de Atividades e Contas da ANMP relativo ao ano de 2018. Este Relatório de Atividades e Contas já tinha sido aprovado, também de forma unânime, pelo Conselho Diretivo, no dia 9 de abril, em Ponta Delgada.



SMART CITIES TOUR 2019 PASSOU EM SETE CIDADES

A edição da Smart Cities Tour 2019 arrancou a 16 de janeiro em Faro. Esta primeira sessão da 3.ª edição deste evento, organizado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), através da Secção de Municípios Cidades Inteligentes, em parceria com a NOVA Cidade - Urban Analytics Lab, teve como tema a “Economia e Inovação Tecnológica”.



Em Faro, debateu-se a Economia e Inovação Tecnológica.



Em Aveiro, o debate foi em torno da mobilidade suave.



Em Lisboa, o tema foi cidade como plataforma.



Em Vila Real, cidade circular foi o tema do encontro.



A Smart Cities Tour prosseguiu com os temas “Mobilidade suave” (5 de fevereiro em Aveiro), “Cidade como plataforma” (27 de fevereiro em Lisboa), “Cidade circular” (19 de março em Vila Real), “Cidade inclusiva” (28 de março em Setúbal), “Alterações climáticas” (5 de abril em Ponta Delgada) e “Happy city” (8 de maio no Funchal).

O objetivo desta Smart Cities Tour foi promover a partilha de boas práticas entre todos os Municípios e proporcionar a apresentação de soluções inovadoras no âmbito da temática das cidades inteligentes. A ambição - unir a academia, as empresas e o território - foi alcançada, em virtude da parceria existente entre

a ANMP, a Nova IMS, a Fundação AIP, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP).

A Smart Cities Tour terminou com a Cimeira dos Autarcas realizada no âmbito do evento Portugal Smart Cities Summit, no dia 21 de maio, na FIL, em Lisboa. O presidente da ANMP Manuel Machado abriu esta Cimeira que reuniu autarcas de todo o País e permitiu colocar em comum o que cada Município já faz em matéria de inteligência urbana, bem como perspetivar um futuro mais autonomizado, seja nas cidades, seja nas zonas rurais.



Em Setúbal, falou-se da cidade inclusiva.



Em Ponta Delgada, discutiu-se as alterações climáticas.



No Funchal, o tema foi happy city.



O Presidente da ANMP Manuel Machado abriu a Cimeira dos Autarcas em Lisboa.



SMART CITIES TOUR 2018: ANMP RECEBEU PRIMEIRO PRÉMIO SMART CITIES



António Almeida Henriques recebeu o primeiro Prémio Smart Cities entregue à ANMP pelo presidente da Fundação AIP Jorge Rocha de Matos.

A ANMP, através da Secção de Municípios Cidades Inteligentes, em parceria com a NOVA IMS, realizou, entre janeiro e março de 2018, a 2.ª edição da Smart Cities Tour que incluiu sete workshops temáticos em outras tantas cidades do País.

Os temas abordados nestes encontros da Tour foram a resiliência (Portalegre), a cidade com plataforma (Albufeira), a mobilidade (Ponta Delgada), a sustentabilidade económica e financeira (Guimarães), o turismo

(Funchal), edificado (Seixal) e a inovação (Viseu).

No final da Tour, a ANMP participou na iniciativa Portugal Smart Cities Summit (11 a 13 de abril 2018), onde foi distinguida com o primeiro Prémio Smart Cities. O presidente da Câmara Municipal de Viseu, Almeida Henriques, que também preside à Secção, recebeu o Prémio, considerando-o um estímulo para todos os que estão empenhados em tornar as suas cidades mais inteligentes.

Cidade como plataforma - Albufeira.



DR

Mobilidade - Ponta Delgada.



DR

Resiliência - Portalegre.



DR

Sustentabilidade Económica e Financeira - Guimarães.



DR

Edificado - Seixal.



DR

Inovação - Viseu.



DR

Turismo - Funchal.



DR

O Portugal Smart Cities Summit decorreu em Lisboa.



DR

▲ SECÇÕES DE MUNICÍPIOS: MESAS E PLENÁRIOS

A ANMP integra um conjunto de Secções de Municípios que têm reunido para analisar as matérias de cada uma das suas áreas de ação. No atual mandato, decorreram várias reuniões plenárias e das Mesas das Secções de Municípios com Barragem; Cidades Inteligentes; Corpos de Bombeiros da Administração Local; Termas; e Atividade Piscatória e Portos.



MUNICÍPIOS COM ATIVIDADE PISCATÓRIA E PORTOS

▲ A Secção de Municípios com Atividade Piscatória e Portos reuniu-se a 22 de janeiro de 2018, na sede da Associação, em Coimbra, tendo realizado a eleição da Mesa que, neste mandato, continua a ser presidida pela presidente da Câmara Municipal de Portimão, Isilda Gomes.

Os municípios de Ílhavo e de Nazaré asseguram as vice-presidências da Mesa da Secção, enquanto as autarquias de Póvoa do Varzim e Sesimbra são as vogais. Esta Secção reuniu-se também em Plenário noutros momentos, nomeadamente a 22 de janeiro e 22 de junho de 2018.

MUNICÍPIOS CIDADES INTELIGENTES

▲ A Secção de Municípios Cidades Inteligentes realizou, no dia 9 de janeiro (2018), na sede da Associação, em Coimbra, a eleição da Mesa que, neste mandato, continua a ser presidida pelo presidente da Câmara Municipal de Viseu, António Almeida Henriques.

Os municípios de Castelo Branco e Seixal asseguram as vice-presidências da Mesa da Secção, enquanto as autarquias de Cascais, Porto, Almada, Guimarães, Bragança, Abrantes, Vila Nova de Poiares e Almeida são os vogais.

A Secção organizou já as Smart Cities Tour 2018 e 2019, em parceria com Nova Information Management School. Entretanto, realizou também reuniões da Mesa e do Plenário, nomeadamente com as CIM's.



MUNICÍPIOS COM TERMAS

▲ A Secção de Municípios com Termas elegeu, no dia 31 de janeiro de 2018, na sede da Associação, em Coimbra, a Mesa que, neste mandato, continua a ser presidida pelo presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, Vítor Figueiredo. Os municípios de Penafiel e Sabugal asseguram as vice-presidências da Mesa da Secção, enquanto as autarquias de Aguiar da Beira e da Covilhã desempenham as funções de vogais. A Secção vai dinamizar um conjunto de atividades relevantes para o setor, podendo as câmaras municipais apresentar as suas propostas de trabalho para o atual mandato.



MUNICÍPIOS COM BARRAGEM

▲ A Secção de Municípios com Barragem realizou, a 27 de fevereiro de 2018, na sede da Associação, em Coimbra, a eleição da Mesa que, neste mandato, é presidida pelo presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro, Artur Nunes.

Os municípios de Vila Pouca de Aguiar e de Portel asseguram as vice-presidências da Mesa da Secção, enquanto as autarquias de Arronches e de Sertã desempenham as funções de vogais.

MUNICÍPIOS COM CORPOS DE BOMBEIROS

▲ A Secção de Municípios com Corpos de Bombeiros da Administração Local, presidida pelo vereador da Câmara Municipal de Gaia José Guilherme Aguiar, realizou, já neste mandato, mais de uma dezena de reuniões da Mesa e do Plenário para analisar os vários assuntos que são relevantes para a atividade dos corpos de bombeiros.



Esta Secção tem trabalhado desde o anteprojeto de diploma que criou as carreiras especiais de sapador bombeiro e de oficial sapador bombeiro da Administração Central, Regional e Local, passando pelo sistema de funcionamento dos cursos, o estatuto de pessoal, os mecanismos de financiamento da proteção civil, até à revisão da lei de bases da proteção civil.

▴ PRÉMIO ANMP DE JORNALISMO E PODER LOCAL DISTINGUIU REPORTAGENS EM 2018

O Prémio ANMP de Jornalismo e Poder Local, edição de 2018, foi entregue, a 12 de junho de 2018, em cerimónia presidida pelo Presidente da Associação, Manuel Machado, e distinguiu jornalistas que concorreram nas categorias de Imprensa, Rádio e Televisão. Na sessão estiveram também representantes do júri (Isabel Nobre Vargues e João Fonseca) e do patrocinador Lusitânia Seguros (Artur Martins e Paulo Conceição).



Celina Faria, João Pedro Pincha, Rui Tukayana, Manuel Machado (presidente ANMP), Paulo Leitão e Sandro Garcia.

O júri distinguiu, na categoria de Imprensa, com uma Menção Honrosa, o trabalho “Lojas são históricas, mas não são museus”, da autoria do jornalista João Pedro Pincha, do jornal Público; e na categoria de Televisão, com um 1.º Prémio, o trabalho “E tudo o fogo levou”, da autoria do jornalista Paulo Lencastre Leitão e com imagem de Paulo Leitão, Nelson Pereira e Sandro Garcia e edição de imagem de Sandro Garcia.

Na categoria de Rádio, foi premiado: com o 1.º Prémio, o trabalho “E se fizessemos alguma coisa pela juventude?”, da autoria de Rui Tukayana, com sonoplastia de Joaquim Dias, da TSF Rádio Notícias; com uma 1.ª Menção Honrosa ex aequo, os trabalhos “Linha



João Pedro Pincha (Público), Rui Tukayana (TSF), Celina Faria (Antena 1 Madeira), Paulo Leitão e Sandro Garcia (Centro TV).



Sandro Garcia (Centro TV), Manuel Machado (presidente ANMP) e Paulo Leitão (Centro TV).



O jornalista Miguel Midões, na qualidade de membro do júri do Prémio ANMP de Jornalismo e Poder Local, entregou o prémio a Nelso Pereira, um dos três distinguidos na categoria de Televisão.



Paulo Conceição (Lusitânia Seguros), Rui Tukayana (TSF Rádio Notícias) e Artur Martins (Lusitânia Seguros).



Celina Faria (Antena 1 Madeira) e Isabel Nobre Vargues.



João Pedro Pincha (Público) e João Fonseca

D'Água", da autoria de Afonso de Sousa, com sonoplastia de Joaquim Dias, da TSF Rádio Notícias; e "Airbnb em Lisboa: mais de 4 mil anúncios só em Santa Maria Maior e Misericórdia" e "De Alfama para Cacilhas: qualquer dia fazemos lá os arraiais de Santo António", da autoria de Sara de Melo Rocha, com sonoplastia de Miguel Silva, da TSF Rádio Notícias; e, com uma 2.ª Menção Honrosa, o trabalho "Há que tempos", da autoria de Celina Faria, da Antena 1 Madeira, com sono-

plastia de Paulo Reis.

Após a entrega dos prémios – diploma e prémio pecuniário para os primeiros classificados e diploma e voucher das pousadas de Portugal para as menções honrosas – os membros da Mesa foram unânimes na importância da atribuição deste Prémio aos jornalistas profissionais e estagiários, desafiando também os estudantes dos cursos de jornalismo e comunicação a participarem no próximo concurso.

Paulo Conceição (Lusitânia Seguros), Artur Martins (Lusitânia Seguros), Manuel Machado (presidente ANMP), Isabel Nobre Vargues (Professora UC/Júri) e João Fonseca (Jornalista Agência Lusa/Júri).



▴ PRÉMIO ANMP DE JORNALISMO E PODER LOCAL DISTINGUIU REPORTAGENS EM 2019



Os premiados com o Presidente da ANMP Manuel Machado (ao centro). Da esquerda para a direita: Paulo Leitão, Romeu Carvalho, Bárbara Baldaia, Catarina Canelas, João Pedro Pincha e José Guerreiro.

O Prémio ANMP de Jornalismo e Poder Local, edição de 2019, que distinguiu as melhores reportagens nas categorias de Imprensa, Rádio e Televisão, foi entregue, a 9 de julho de 2019, em Coimbra, numa cerimónia, presidida pelo Presidente da Associação Manuel Machado.

Esta sessão contou com a presença dos membros do Conselho Diretivo e do Secretário Geral da Associação, bem como do Presidente da Lusitânia Companhia de Seguros, patrocinadora do Prémio, que esteve presente através do seu Presidente do Conselho de Administração Fernando Nogueira, e ainda a representante do júri do Prémio Isabel Nobre Vargas.

Na categoria de Imprensa, o Júri decidiu atribuir, por unanimidade, os seguintes prémios: 1.º Prémio ex aequo aos trabalhos “Um milhão para fazer da ‘terra dos

índios’ a ‘capital dos doces e das magnólias’”, da jornalista Céu Neves, do jornal Diário de Notícias e “A Sophia de que o people lá do bairro gostava”, do jornalista João Pedro Pincha, do Jornal Público; 1.º Menção Honrosa ao trabalho ao “Saudades lá do bairro”, do jornalista João Pedro Pincha, do Jornal Público.

Na categoria de Rádio, o Júri decidiu atribuir, por unanimidade, os seguintes galardões:

1.º Prémio ao trabalho “Eles que se atrevam”, de Bárbara Baldaia, com sonoplastia de Joaquim Dias, da TSF Rádio Notícias; 1.º Menção Honrosa ao trabalho “Cidade Imaginada”, do jornalista José Guerreiro, com sonoplastia de Rui Soares e música original de Paulo Cavaco e Bruno Fonseca, da Antena 1; 2.º Menção Honrosa ao trabalho “Caminhos d’ El Rei”, de Paulo Anastácio, com sonoplastia de Paulo Reis, da Antena 1.

Na categoria de Televisão, o Júri decidiu atribuir, igualmente por unanimidade, as seguintes distinções: 1.º Prémio ao trabalho “O renascer das cinzas: um ano depois”, da autoria de Catarina Canelas, com imagem de Romeu Carvalho e edição de imagem de Pedro Guedes, da



A mesa da sessão, da esquerda para a direita: Rui Solheiro, Alfredo Monteiro, Ribau Esteves, Manuel Machado, Isilda Gomes, Almeida Henriques e Fernando Nogueira.



Manuel Machado entregou o prémio a Catarina Canelas e Romeu Carvalho.



Ribau Esteves entregou o prémio a José Guerreiro.



Isilda Gomes entrega o prémio a João Pedro Pincha.



Isabel Nobre Vargues entrega o prémio a João Pedro Pincha, duplo vencedor



Alfredo Monteiro entregou o prémio a Paulo Leitão.



Odete Isabel entrega o prémio, com Fernando Nogueira, a Bárbara Baldaia.

TVI; 1.ª Menção Honrosa ao trabalho “1 ano na Terra Queimada” [Casas | Eucaliptos | Paula | Ratos] da autoria de Paulo Lencastre Leitão, com imagem de Sandro Garcia.

Os primeiros premiados recebem um diploma, um cheque simbólico e um prémio pecuniário de 1500€,

enquanto os distinguidos com menções honrosas receberam um diploma e um voucher das Pousadas de Portugal. Recorde-se que o Prémio ANMP de Jornalismo e Poder Local, que este ano teve a sua 5.ª edição, prevê a categoria de Fotojornalismo, porém ainda não se apresentaram a concurso reportagens nesta área.

▲ CIMEIRA ENTRE ANMP E FEMP APROVOU RESOLUÇÃO COMUM



Rui Solheiro, Manuel Machado, Ribau Esteves, Carlos Martinez Minguez e Carlos Diaz.

A Cimeira entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Federación Española de Municipios y Provincias (FEMP) realizou-se, no dia 1 de março de 2019, nos Paços do Concelho, em Aveiro, e aprovou uma Resolução conjunta ANMP – FEMP que foi, posteriormente, enviada aos órgãos da União Europeia.

Esta Cimeira ibérica, em que participaram, pela parte portuguesa, o Presidente da ANMP Manuel Machado, os Vice-Presidentes Ribau Esteves e Alfredo Monteiro e o Secretário Geral Rui Solheiro, e, pelo lado espanhol, o Vogal da Direção da FEMP Carlos Martinez Minguez (alcaide de Soria) e o Secretário Geral Carlos Diaz, debateu, entre outros assuntos, a “Cooperação

Transfronteiriça entre Portugal e Espanha” e “O papel das autoridades locais no próximo Quadro Comunitário de Apoio 2021-2027”.

No âmbito da “Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha”, os principais assuntos em análise foram as “Redes de ligação entre os dois países”, que fazem parte do ADN coletivo português e espanhol, e



Rui Solheiro, Carlos Martinez Minguez, Manuel Machado, Ribau Esteves, Alfredo Monteiro e Carlos Diaz.



A delegação espanhola, em primeiro plano.



A delegação portuguesa, em primeiro plano.



Carlos Martinez Minguez, Manuel Machado e Ribau Esteves.

a “Cooperação nas regiões de fronteira”, que poderá contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos dois países, bem como para a valorização do mundo rural, para a redução de assimetrias e para a coesão entre as regiões.

Relativamente a “O papel das autoridades locais no próximo Quadro Comunitário de Apoio 2021-2027”, foram debatidas as principais preocupações da ANMP e da FEMP, assim como também foi discutida uma posição dos governos locais sobre o novo quadro político

e financeiro da União Europeia para o período compreendido entre 2021 e 2028.

No final do encontro luso-espanhol, o Presidente da ANMP Manuel Machado, o Presidente anfitrião da Cimeira Ribau Esteves, e o Vogal da Direção da FEMP Carlos Martinez Minguez, apresentaram, em Conferência de Imprensa, a Resolução da Cimeira entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Federación Española de Municipios y Provincias (FEMP).

PRESIDENTE DA ANMP RECEBEU VICE-MINISTRO DE TIMOR LESTE

▲ O Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) Manuel Machado e o Vice-Ministro da Administração Estatal de Timor Leste Abílio José Caetano reuniram-se, no dia 8 de fevereiro de 2019, na sede da ANMP, em Coimbra, e decidiram avançar para a assinatura de um protocolo de cooperação para a formação de quadros da administração local daquele País.

Este protocolo será assinado entre o Governo de Timor Leste, a ANMP e a Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais (Fundação FEFAL), visando a cooperação para a instituição das Autarquias naquele País.

Nesta reunião, o Vice-Ministro da Administração Estatal de Timor Leste Abílio José Caetano frisou a necessidade de formação de quadros para a administração estatal timorense, especialmente nas áreas da língua portuguesa e da governação eletrónica, tendo recebido do Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) Manuel Machado a garantia da disponibilidade e interesse da Associação que representa os Municípios portugueses neste



processo de instalação do poder local democrático em Timor Leste.

No final do encontro, o Vice-Ministro de Timor Leste presenteou o Presidente da ANMP com uma coroa timorense, símbolo do poder com compromisso; o Presidente da ANMP ofereceu uma caneta para reforçar, pela escrita, o compromisso da palavra dita.

ANMP RECEBEU DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA

▲ A ANMP recebeu, a 13 de junho de 2019, uma Delegação do Ministério das Finanças de Angola, presidida por Jandira Morais Arsénio, Chefe do Departamento de Estudos e Produção Normativa do Gabinete Jurídico do Ministério das Finanças, que estuda a implementação das Autarquias Locais na República de Angola.

Nesta reunião, a ANMP apresentou, em linhas gerais, o trabalho da Associação e respondeu às questões colocadas pelos membros da Delegação angolana, nomeadamente sobre legislação autárquica, finanças locais, organização da atividade empresarial local, entre outras matérias fundamentais para o processo de criação das Autarquias em Angola.

A presidente da Delegação angolana explicou que o principal objetivo deste encontro foi a recolha da experiência autárquica portuguesa, bem como da própria



ANMP, para melhor desenharem o Poder Local em Angola, dado que, neste momento, se encontram a definir o quadro regulamentar das futuras Autarquias Locais.



ANMP FOI RECEBIDA EM AUDIÊNCIA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa recebeu, em audiência, em 2018 e 2019, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, ouvindo, com particular interesse, as preocupações apresentadas pelo Conselho Diretivo.

O Conselho Diretivo da ANMP apresentou cumprimentos ao Presidente da República e deu conta das principais preocupações dos municípios portugueses nos dois encontros oficiais decorridos no Palácio de Belém, em Lisboa.

O presidente da ANMP Manuel Machado, acompanhado pelos membros do Conselho Diretivo, informou o Chefe de Estado de que a Associação tem trabalha-

do, de forma continuada, com os Órgãos de Soberania, no sentido de contribuir, com seriedade e rigor, para o aperfeiçoamento do trabalho legislativo.

Relativamente ao processo de descentralização de competências para as autarquias locais, a ANMP também deu conhecimento do seu ponto de vista ao Presidente da República, identificando os desafios que representa no futuro próximo dos Municípios e do País.

▲ PROTOCOLOS DIVERSOS CELEBRADOS PELA ANMP



A Dignidade e a ANMP unem esforços em prol dos mais carenciados.

▲ **ANMP E DIGNIDADE SOLIDÁRIAS** - A ANMP e a Associação Dignidade estabeleceram um protocolo de cooperação, no dia 22 de janeiro de 2018 com o objetivo de promover a execução do Programa **Abem: Rede Solidária do Medicamento**, que visa dar resposta aos problemas de acesso ao medicamento motivados pelo contexto de carência socioeconómica.



▲ **ANPC** - A ANMP assinou um Protocolo com a Autoridade Nacional de Proteção Civil e com a Associação Nacional de Freguesias que tem como objeto criar condições para a plena implementação, à escala local, dos Programas “Aldeias Seguras” e “Pessoas Seguras”. Estes programas estão previstos na Resolução do Conselho de Ministros nº 157-A/2017, de 27 de outubro.

▲ **AICEP** - A ANMP assinou um Protocolo com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal e com a AICEP Global Parques que tem por objeto estabelecer as condições de colaboração para desenvolver estratégias de internacionalização. Outro dos objetivos do acordo é criar condições favoráveis ao investimento direto estrangeiro e à competitividade.



▲ **AT** – A ANMP assinou Protocolo com a Autoridade Tributária e Aduaneira, relativo à prestação de informação aos Municípios relativa aos dados constantes da matriz predial dos prédios. Esta informação destina-se a identificar e notificar os proprietários ou detentores de imóveis que, estando obrigados a proceder à gestão de combustível, não a façam no prazo devido.



▲ **CIG** – A ANMP estabeleceu um Protocolo com a Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género (CIG), tendo como objetivo instituir a cooperação institucional entre as partes no âmbito do processo de autonomização e empoderamento das vítimas de violência doméstica sinalizadas pelas respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo integradas na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica.

ANMP DINAMIZA PROJETOS E DESENVOLVE IDEIAS

A ANMP, em 2018 e 2019, realizou eventos, desenvolveu projetos e apresentou propostas aos órgãos de soberania (Presidente da República, Assembleia da República e Governo), aos Grupos Parlamentares e aos Serviços da Administração Central.

Esta atividade da ANMP, que tem como objetivo contribuir para a resolução dos constrangimentos políticos e económicos dos municípios e, desse modo, ajudar a melhorar a vida das populações, está publicada nas pá-

ginas deste Boletim e encontra-se disponível no site da Associação, acessível através do endereço www.anmp.pt, porém entendemos destacar algum desse trabalho da ANMP.

FUNDAÇÃO FEFAL EM FUNCIONAMENTO

▲ A Associação Nacional de Municípios Portugueses celebrou, a 28 de julho de 2018, a escritura de constituição da Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais (Fundação FEFAL) que entrou em funcionamento 1 em janeiro de 2019.

A Fundação FEFAL, que sucedeu ao Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), tem sede em Coimbra, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, sob a iniciativa da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

A FEFAL realiza ações de informação, cursos de formação, atividades de investigação, de assessoria técnica, de cooperação técnica internacional, e promoverá a edição de estudos especializados em temáticas relevantes para o desenvolvimento e inovação nas autarquias locais.



Assinatura da escritura



Assinatura do contrato de delegação de competências da DGAL para a FEFAL.

SOS MOÇAMBIQUE - VAMOS TODOS AJUDAR

Considerando a dimensão da devastação e da tragédia humanitária que o ciclone Idai provocou, na noite do dia 14 de março de 2019, em Moçambique, a ANMP apelou a todos os Municípios para que, na medida em que lhes fosse possível, fossem solidários com este

País e este Povo. Os Municípios responderam presente, contribuindo com alimentos enlatados, produtos para tratamento de água, produtos de higiene pessoal e de limpeza de edificado, medicamentos e ajuda monetária

FUNDO RECOMEÇAR APOIA VÍTIMAS DOS INCÊNDIOS



Todos juntos pelo recomeço de uma nova vida.

▲ A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) formalizou, no dia 22 de março de 2019, na sede da ANMP, em Coimbra, a entrega de 1 milhão e 200 mil euros do Fundo Recomeçar a 59 projetos de recuperação do ambiente e de reordenamento do território de 51 entidades dos municípios mais afetados pelos incêndios florestais de outubro de 2017.

A ANMP, para além de integrar, com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Instituto de Segurança Social, o Conselho de Gestão do Fundo Recomeçar, empenhou-se, desde o início, neste trabalho, integrando o júri que



A entrega dos apoios.

analisou e selecionou os projetos agora apoiados, por entender que estes apoios são, efetivamente, uma alavanca importante para a valorização dos territórios e de apoio às populações.

Através do Fundo Recomeçar, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa apoia a recuperação das regiões afetadas pela calamidade dos incêndios, o que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, desde o primeiro momento, e muito naturalmente, aplaudiu, pois todas os apoios são necessários para ajudar a recuperar o território e o bem-estar físico e emocional das comunidades atingidas pela tragédia.

REVISÃO DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS



Manuel Machado na abertura do Seminário.

▲ A ANMP analisou a 22 de janeiro de 2018, num Seminário, em Coimbra, a Revisão do Códigos dos Contratos Públicos (CCP). O Presidente da ANMP, Manuel Machado, abriu o Seminário e alertou para a necessidade da criação de uma plataforma eletrónica para apoiar as entidades na aplicação do Código revisto dos



Mais de 400 pessoas assistiram a este Seminário nacional.

Contratos Públicos (CCP).

No Seminário, que juntou quase 400 autarcas e técnicos municipais, entre os temas em análise e debate, tendo em conta que o CCP revisto entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018 e suscitou a necessidade de esclarecimentos, estiveram a Formação Contratual e a Tramitação Procedimental, que foram apresentadas, entre outros, por Pedro Costa Gonçalves e Licínio Lopes Martins, docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

FLORESTA: FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL



ANMP e Governo assinando o compromisso.

▲ O Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses aprovou a 23 de janeiro de 2018 uma posição relativa ao Projeto de diploma que definiu os critérios aplicáveis à gestão de combustível nas faixas secundárias (de gestão de combustível) no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. Esta posição, aprovada por todos os membros do Conselho Diretivo, seguiu para o Governo e para todos os municípios e, na sequência desta tomada de posição, a ANMP solicitou uma reunião ao Governo e reuniu com os responsáveis pela pasta e, posteriormente, as-

sinou uma declaração de compromisso conjunta com o Governo.

Os municípios, conscientes das suas responsabilidades nesta matéria, investem anualmente na proteção civil – com especial incidência na área da prevenção – um montante próximo dos 200 milhões de euros, um valor dividido pelos corpos de bombeiros dos municípios (26 estruturas), apoio aos corpos de bombeiros voluntários, serviços municipais de proteção civil, gabinetes técnicos florestais, equipas de intervenção permanente e sapadores florestais e planeamento de proteção civil).

ENCERRAMENTO DOS POSTOS DOS CTT

▲ A ANMP, preocupada com as notícias sobre despedimentos de trabalhadores e o encerramento de estabelecimentos postais dos CTT, começou por solicitar à ANACOM que, na qualidade de entidade reguladora, esclarecesse a situação da empresa responsável pelo serviço público de correios.

Perante as notícias de nova vaga de encerramentos de postos dos CTT, a Associação manifestou o seu mais profundo desacordo com estas medidas que, em seu entender, desqualificaram e agravaram ainda mais as já débeis condições de prestação do serviço público prestado pelos CTT.

A Associação considera inadmissível que as localidades sede de município tenham perdido o serviço postal, tal como entende que é inaceitável a passagem da prestação do serviço postal para estabelecimentos comerciais de todo o tipo, desde logo porque são os CTT que têm a obrigação contratual da prestação desse serviço.

A ANMP exigiu, por isso, a intervenção do Governo



O Conselho Diretivo exigiu a intervenção do Governo na questão dos CTT

nesta matéria sensível, no sentido de encontrar soluções para melhorar o serviço, avaliar o serviço atual e mesmo introduzir alterações ao contrato de concessão em vigor, de modo a pôr termo às medidas que desqualificam e agravam as condições de prestação do serviço público postal dos CTT.

CNE: PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

▲ A ANMP reuniu com diversas entidades, desde logo com o Presidente da Assembleia da República e com a Comissão Nacional de Eleições (CNE), a quem deu conta de que a interpretação da CNE colhida na Nota Informativa sobre publicidade institucional se revelava desproporcionada. Sendo, por isso, desconforme à Constituição da República Portuguesa, não apenas

no sentido de que inibia os agentes locais de prestarem contas às populações locais sobre os assuntos que lhe dizem direta e estritamente respeito, como inibia estas populações de exercerem (e até de exigirem o exercício), ante os agentes do poder local, os direitos constitucionais individuais e coletivos de informação e participação nos assuntos locais.



A apresentação em Coimbra.

WIFI4EU PARA 127 MUNICÍPIOS

▲ A ANMP organizou, em colaboração com a ANACOM, três seminários com vista a habilitar os municípios a candidatarem-se à iniciativa WIFI4EU, que promove o financiamento de equipamento e instalação do acesso sem fios gratuito à Internet em espaços públicos, como parques, praças, edifícios públicos, bibliotecas, centros de saúde e museus, em benefício dos cidadãos de toda a Europa Comunitária, de forma gratuita. Participaram cerca de 200 representantes dos Municípios e das entidades intermunicipais e destas sessões resultaram inúmeras candidaturas, tendo sido contemplados 127 Municípios portugueses.

INTERNACIONALIZAÇÃO E CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO PARA O PAÍS



Um das cinco apresentações.

▲ A ANMP realizou um conjunto de sessões, em colaboração com a Secretaria de Estado da Internacionalização, a Aicep Portugal Global e a Aicep Global Parques, dirigidas especificamente a eleitos e técnicos dos municípios e das entidades intermunicipais, visando identificar formas de colaboração para reforçar a atratividade dos territórios em matéria de captação de investimento externo.

CONCESSÕES DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO

▲ Face ao fim dos contratos de concessão de energia elétrica em baixa tensão e a necessidade de lançamento dos concursos para atribuição das novas concessões, a ANMP promoveu um conjunto de seminários descentralizados.

Estes seminários, realizados em articulação com a ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos – contaram com a participação de quase três centenas de representantes dos municípios e de entidades intermunicipais.



O seminário em Coimbra.

ANMP PROMOVE ESTUDO DE BOAS PRÁTICAS PARA POTENCIAR MUNICÍPIOS + INTELIGENTES

Um “Estudo de boas práticas e condições de construção de plataforma de gestão de informação necessária à geração de inteligência na gestão do território nacional”, que se encontra a ser desenvolvido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), com financiamento do programa Compete 2020 no valor de aproximadamente 424 mil €, pretende potenciar a implementação de estratégias urbanas inteligentes.



O projeto tem como objetivo criar uma metodologia que permita o desenvolvimento de plataformas municipais de gestão de informação (PGI). Esta metodologia permitirá aproximar os municípios do conceito de cidades inteligentes e de proporcionar um crescimento conjunto, a partir da troca de informação entre Municípios, Administração Pública e entidades privadas. Apesar de terem sido criadas, nos últimos anos, várias plataformas de gestão de informação, no sentido de

melhorar o nível de acesso e de qualidade de prestação dos principais serviços municipais aos cidadãos e às empresas, subsistem lacunas de base que têm de ser colmatadas, tornando exponencial a implementação das estratégias urbanas inteligentes.

Este estudo tem como ambição a identificação de formas de superar as limitações existentes atualmente para a obtenção de PGIs totalmente integradas em todas as áreas de intervenção dos municípios e que permitam a



utilização do conceito de dados abertos, atingindo assim a interoperabilidade entre sistemas. Este estudo terá um impacto posterior na satisfação dos munícipes, na medida em que os resultados do trabalho realizado permitirão desenvolver um protótipo demonstrativo de uma PGI para testar em três municípios. O presente projeto é, assim, o primeiro passo, e o passo fundamental, para definir as bases para a criação de PGIs inovadoras e mais avançadas que as atualmente existentes.

RESULTADOS ESPERADOS

O projeto deverá contribuir para incentivar à introdução de importantes mudanças a vários níveis, como processos, serviços prestados ao público e novos produtos através da criação das bases para o desenvolvimento PGIs capazes de agregar diferentes silos de informação; aumentar a eficiência e reduzir substancialmente os custos de contexto ao potenciar iniciativas para a desmaterialização e reengenharia dos serviços municipais, assim como a integração de sistemas de gestão, promovendo por esta via uma governação pública inteligente no âmbito dos pilares que compõem as smart cities; e ainda contribuir para rever os regulamentos e a legislação em vigor, com vista ao estímulo do desenvolvimento de soluções urbanas inovadoras, fomentadas pela demonstração da utilização do protótipo de PGI nos municípios-piloto e sua disseminação. A primeira fase do Estudo, que se encontra a ser preparado por uma vasta equipa, foi já apresentada pelos especialistas Miguel Castro Neto (da Nova IMS), Bruno Curto Marques e António Gameiro Henriques (da Ernst & Young), aos Municípios de vários pontos do país e, através das novas tecnologias de informação, a todos os Municípios, bem como a empresas interessadas em novas soluções.

Tanto as autarquias como as empresas identificaram as suas práticas e as suas dúvidas, sinalizaram algumas limitações legislativas, técnicas e operacionais, adiantando também possíveis formas de integrar as plataformas já existentes, bem como a forma de incorporar as melhores práticas nacionais e internacionais, como os casos das cidades do Rio de Janeiro (Brasil), Valência (Espanha) e Talin (Estónia).

ANMP PARTICIPA EM ÓRGÃOS

▲ **CONSELHO DE CONCERTAÇÃO TERRITORIAL:** Órgão político de promoção da consulta e concertação entre o Governo e as diferentes entidades políticas, no plano regional e local, que reúne sob a presidência do Primeiro Ministro, com a participação da ANMP e da ANAFRE, bem como de dois representantes das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

▲ **COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE COORDENAÇÃO DO ACORDO DE PARCERIA:** Órgão de coordenação política dos fundos europeus estruturais e de investimento, assegura a coerência da aplicação dos FEEI com as orientações estratégicas nacionais e europeias e a sua conformação com os recursos orçamentais nacionais, no quadro plurianual de programação orçamental. A ANMP participa nesta Comissão sempre que estejam em análise matérias da competência das autarquias locais.

▲ **CONSELHO DE COORDENAÇÃO FINANCEIRA:** O Conselho de Coordenação Financeira (CCF) tem por missão promover a coordenação entre finanças locais e as finanças do Estado. Não tendo sido realizada qualquer reunião deste órgão nos últimos anos, foi finalmente convocada uma reunião em 2019, por expressa solicitação e insistência da ANMP, tendo sido tratados temas relativos ao financiamento das transferências de competências em 2019 e 2020, à participação dos municípios nas receitas públicas em 2020 e outros assuntos relevantes em matéria de impostos locais.

▲ **COMISSÃO INDEPENDENTE PARA A DESCENTRALIZAÇÃO:** A ANMP integra esta Comissão, tendo participado em diversas iniciativas, tendo sido ouvida e dado os seus contributos nas diversas áreas setoriais, tendo apreciado o resultado final do trabalho da Comissão. Este trabalho originou três volumes, designadamente um relatório, estudos de peritos e contributos, que serão analisados no XXIV Congresso da ANMP.

▲ **COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA:**

A ANMP integra esta Comissão na sequência do acordo de cooperação celebrado com o Governo há quatro anos, visando a implementação destes novos instrumentos de segurança e a monitorização da sua execução.

▲ **COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DAS ACESSIBILIDADES:** A ANMP está representada nesta Comissão que tem como objetivo acompanhar a situação das acessibilidades nos edifícios, instalações e espaços onde funcionem serviços públicos da administração central e local.

▲ **FUNDO DE APOIO MUNICIPAL:** A ANMP tem assegurado a representação dos municípios na Direção Executiva e na Comissão de Acompanhamento do Fundo de Apoio Municipal e tem insistido, junto do Governo, na necessidade de se encontrarem alternativas ao atual modelo de financiamento do FAM.

▲ **COMISSÃO NACIONAL DO TERRITÓRIO:** A ANMP integra esta Comissão que funciona na dependência do membro do Governo responsável pela área do território, em que se afigura fundamental a participação da Associação enquanto representante dos Municípios.

▲ **CONSELHO DE MUNICÍPIOS E REGIÕES DA EUROPA:** A ANMP é a Secção nacional do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, uma federação de 60 associações representativas do Poder Local e Regional de 42 países europeus e de cerca de 130 mil coletividades territoriais.

▲ **CONGRESSO DOS PODERES LOCAIS E REGIONAIS DA EUROPA:** No âmbito da União Europeia, a ANMP participa no Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa, na qualidade de entidade indigitadora dos eleitos locais, bem como de coordenadora da Delegação Nacional a este Congresso.

▲ **COMITÉ DAS REGIÕES DA UNIÃO EUROPEIA:** A ANMP acompanha as atividades e iniciativas do Comité das Regiões da União Europeia, apoiando ainda a representação nacional neste Comité.

ANMP ACOMPANHOU LUTO NACIONAL

▲ **PELAS VÍTIMAS DOS INCÊNDIOS** A ANMP, enquanto representante dos municípios portugueses, acompanhou, solidariamente, o luto nacional decretado pelo Governo em homenagem às vítimas dos incêndios de junho e de outubro em Portugal.

A ANMP manifestou também solidariedade aos Municípios gravosamente afetados pelos incêndios florestais e apresentou condolências às famílias enlutadas, sublinhando a sua disponibilidade para uma reflexão profunda e conjunta de todos os agentes intervenientes nos dispositivos de Proteção Civil em articulação estreita com todos os níveis de poder (nacional, regional e local).

▲ **POR ANTÓNIO ARNAUT** A ANMP, na pessoa do seu Presidente Manuel Machado, lamentou profundamente a morte do antigo Ministro dos Assuntos Sociais e fundador do Serviço Nacional de Saúde António Arnaut e

apresentou as mais sentidas condolências à família.

António Arnaut norteou a sua vida sob o signo da liberdade, da igualdade e da fraternidade, de acordo com os valores do republicanismo e da democracia, tendo sido um Homem singular na história do nosso país e assim será recordado para sempre.

▲ **POR FREITAS DO AMARAL** A ANMP prestou homenagem pelo seu contributo para a construção da democracia em Portugal, expressando as mais sinceras condolências à família e associando-se ao luto nacional decretado pelo Governo.

Freitas do Amaral foi um homem e um político cuja ação foi muito para além do que habitualmente denominamos como de direita e de esquerda, tendo evidenciado, ao longo da sua vida, nomeadamente enquanto Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, o seu caráter democrata, humanista e universalista.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

FICHA TÉCNICA

BOLETIM INFORMATIVO

DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES
(ANMP)

Nova Série n.º 5 | 2018 - 2019

Publicação Anual

Distribuição Gratuita

Depósito Legal n.º 429005/17

DIREÇÃO:

Rui Solheiro

Secretário Geral da ANMP

SEDE:

ANMP

Avenida Marnoco e Sousa, 52

3004 – 511 Coimbra

Tel.: 239 40 44 34

Email.: anmp@anmp.pt

DELEGAÇÃO

ANMP

Avenida Elias Garcia, 7, 1.º

Lisboa

TIRAGEM: 2.000 exemplares

BOLETIM

ANMP

NOVA SÉRIE N.º 5 / 2018 / 2019

A ANMP ESTÁ AO ALCANCE
DE TODOS OS MUNICÍPIOS

www.anmp.pt

TELEFONE

239 404 434

EMAIL

ANMP@ANMP.PT

SEDE

AVENIDA MARNOCO E SOUSA, 52
3004-511 COIMBRA

DELEGAÇÃO

AVENIDA ELIAS GARCIA, 7, 1.º
1000 – 146 LISBOA



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES